



# Prefeitura Municipal de Luisburgo

Rua Abílio de Souza Portes, n.º 105 - Telefax: (033) 378-7080  
Fone: (033) 378-7082 – Luisburgo – CEP: 36.923-000 – Minas Gerais

## Lei n.º 311 de 23 de Fevereiro de 2006.

*Dispõe sobre a contratação temporária de servidores e contém outras providências.*

O Povo Do Município De Luisburgo, Por Seus Representantes Na Câmara De Vereadores, Aprovou, E Eu, Prefeito Municipal, Sanciono A Seguinte Lei:

**Art. 1º** - Para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, pode o Município celebrar contrato administrativo de prestação de serviços, por tempo determinado.

**Parágrafo único** - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público a prestação de serviços não permanentes, com objeto certo e determinado.

**Art. 2º** - As contratações decorrentes desta lei ocorrerão somente no caso necessário ao atendimento de necessidade temporária do Centro Municipal de Saúde, cujo profissional não esteja contemplado no quadro de servidores.

**Art. 3º** - A contratação será feita pelo prazo de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogadas por igual período, persistindo a necessidade temporária e somente em caso devidamente justificado e submetido à apreciação da Autoridade do Poder Executivo.

**Parágrafo único** – O contrato ocorrerá para o seguinte cargo:

Nome do Cargo	Nº de Vagas	Valor Salário – R\$
Fisioterapeuta	01	1.200,00

**Art. 4º** - O contratado assumirá suas funções no prazo assinalado pela Administração.

§ 1º - O contratado estará sujeito aos mesmos deveres e proibições e ao mesmo regime de responsabilidade vigente para os servidores.

§ 2º - O dispositivo do parágrafo anterior não se refere aos benefícios pessoais ligados à carreira dos servidores efetivos.

§ 3º - É assegurado aos contratados o direito ao gozo de licença para tratamento da própria saúde, acidente em serviço, doença profissional



# Prefeitura Municipal de Luisburgo

Rua Abílio de Souza Portes, n.º 105 - Telefax: (033) 378-7080  
Fone: (033) 378-7082 – Luisburgo – CEP: 36.923-000 – Minas Gerais

decorrente do exercício das atividades, vedadas quaisquer outras espécies de afastamento.

§ 4º - Quando o prazo de duração do contrato for superior a 30 (trinta) dias, o contratado fará jus ao abono natalino proporcional ao tempo de serviço prestado, em caso de rescisão por conveniência da Administração e ao término do contrato.

**Art. 5º** - A rescisão do contrato administrativo ocorrerá:

- I – a pedido do contratado;
- II – por conveniência da Administração;
- III - quando o contratado incorrer em falta disciplinar.

**Parágrafo Único** – No caso da rescisão a pedido do contratado este deverá requerê-la com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, caso contrário, deverá indenizar a Administração em 20% do total da remuneração que receberia até o final do contrato que será descontado automaticamente do acerto contratual.

**Art. 6º** - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações próprias, constantes do Orçamento Municipal, ou de lei autorizativa de abertura de Crédito Especial.

**Art. 7º** - - Fica o Prefeito Municipal autorizado a regulamentar a presente lei, no que couber, mediante decreto.

**Art. 8º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 9º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2006.

Prefeitura Municipal de Luisburgo(MG), 23 de Fevereiro de 2006.

---

**Otenides dos Santos Hott Praça**  
Prefeito Municipal